

O PT E A QUESTÃO RACIAL

Hédio Silva Júnior
Membro da Comissão de Negros
do PT de São Paulo

O surgimento do Partido dos Trabalhadores, impulsionado pelo avanço da consciência política do movimento sindical classista da década de 70 e que aglutinou setores sociais e políticos da resistência democrática a partir de suas práticas de base concretas, representou, no limite, o surgimento de um Partido disposto a romper com o caráter vanguardista, elitista e dogmático da maioria das propostas socialistas e marxistas leninistas registradas pela nossa história.

Com efeito a trajetória do nosso Partido tem como característica principal a participação efetiva do movimento operário e popular na sua construção e nas suas definições (ainda que atualmente genéricas) estratégicas e programáticas. No entanto além de independente, de massa e ideologicamente definido, para que nosso Partido seja capaz de levar a cabo a proposta de uma sociedade justa e igualitária é preciso que esteja intimamente ligado à realidade de nossa sociedade e a todas as contradições vivenciadas pelo conjunto da população brasileira, ou seja, é fundamental que o PT se faça em torno de um projeto de Brasil que os trabalhadores, as forças democráticas e o conjunto do povo deseja. Para tanto nós negros, que somamos pelo menos 44,5% da população brasileira temos uma imensa contribuição a dar, pois no que diz respeito à questão do racismo e da discriminação racial, nosso Partido não avançou da visão tradicional da esquerda, que aponta a emancipação da classe operária como panacéia para todas as contradições experimentadas pelo nosso povo. Não avançou no sentido de compreender o papel que a discriminação contra os negros desempenha na super-exploração capitalista e na forma de dominação do autoritarismo brasileiro. Consequentemente nosso Partido não percebeu ainda a dimensão da questão racial na luta contra a opressão e portanto não atribuiu à luta contra o racismo o peso político que lhe é devido. Ainda que em seu manifesto o PT afirme solidariedade à luta dos negros, esta solidariedade não tem se manifestado ao nível da sua prática política, o que de certa maneira é absolutamente compreensível.

Vale ressaltar que a população negra constitui um dos pilares da sociedade brasileira; forma 44,5% da população (IBGE-1980) e integra de maneira visível o segmento mais explorado da sociedade.

Apesar disto, não existe no movimento operário e popular uma tradição de debate e busca de resposta à realidade sócio econômica do negro no Brasil. Assim, como constata o Jorna

lista Hamilton Cardoso " a vida e as contradições que afligem a população negra trabalhadora têm sido tratadas à margem das grandes contradições nacionais ao mesmo tempo que o debate sobre as principais contradições e crises brasileiras têm sido feito como se estas estivessem divorciadas da vida e da condição racial de metade da população brasileira". É preciso dar fim a esta omissão.

Entendemos pois que o Encontro Nacional "O PT e a Questão Racial", deve voltar sua atenção para a responsabilidade que nos está reservada, a saber, construir um PT que considere efetivamente a discriminação contra os negros, as mulheres, a dizimação dos Índios e todas as demais contradições presentes em nossa sociedade, sem o que, nosso Partido corre o risco de se tornar mais um projeto a ser engolido pelas suas próprias contradições. Sobretudo faz se necessário demonstrarmos ao PT o quanto o racismo como sistema de dominação, atrapalha o movimento de libertação do povo brasileiro.

Não temos a pretensão neste documento de aprofundar o debate sobre o PT e a questão racial, mas sim de introduzir este debate, e contribuir para que este atinja o terreno do conjunto do Partido.

A QUESTÃO DO NEGRO NO BRASIL

Históricamente, dois elementos marcam a natureza do mercado de trabalho no Brasil. De um lado verifica-se o uso intensivo da mão de obra escrava durante o período colonial. De outro lado, a influência da cultura portuguesa transplantada para o Brasil no bojo do regime escravocrata contribuiu para a desvalorização do trabalho, principalmente em sua forma manual. A partir daí, temos muitas interpretações para uma análise da questão do negro. Mas três delas são relevantes. Há aquela elitista concebida por Oliveira Vianna, entre os anos 20 e 30, afirmando a superioridade da raça branca sobre a raça negra. E contrapondo-se a esta, há a análise de Gilberto Freyre sobre a miscigenação que eliminaria a desigualdade entre negros e brancos, assentando a base de formação do povo brasileiro. Esta análise desenvolvida por Freyre acabou servindo para a formação da ideologia da democracia racial brasileira, que no limite, caracteriza as relações raciais no Brasil como harmoniosas e aponta o embranquecimento da sociedade como solução para a eliminação do racismo.

Por último, a partir dos anos 50, temos a concepção crítica e fundamental de Florestan Fernandes e Octávio Ianni, baseada na teoria das classes sociais e segundo a qual o problema do negro adviria da dominação e exploração entre grupos sociais. É no contexto desta última orientação, a qual postula a existência de uma nítida desigualdade entre brancos e negros originadas no preconceito racial que pretendemos ver este debate.

ALGUMAS PARTICULARIDADES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO
DAS CLASSES SOCIAIS NO BRASIL NO PENSAMENTO DE
CLÓVIS MOURA

É idêa corrente de que, acabada a escravidão os negros ex-escravos foram automaticamente formar o proletariado das cidades que se desenvolviam. Iriam compor a classe operária nos seus diversos níveis e setores, e em pé de igualdade com outras levadas proletárias, em grande parte integradas por imigrantes.

Mas entre os próprios operários estrangeiros já existia o preconceito racial. Mesmo a imprensa anarquista de São Paulo e Rio de Janeiro não refletia nenhuma simpatia ou desejo de união com os negros, conforme levantamento feito pelo Professor Sidney Sérgio Fernando Solis. Os jornais anarquistas chegaram mesmo a estampar editoriais nos quais eram visíveis o preconceito racial. Portanto, se de um lado os negros saídos das senzalas não se incorporavam automaticamente à classe operária, de outro surgia no interior da própria classe operária o preconceito de cor.

O negro e outras camadas não brancas não são totalmente incorporadas a este proletariado mas vão compor a grande parcela de marginalizados decorrentes das relações sociais. que substituíram o escravismo.

A valorização que sedá ao trabalhador imigrante, nesse processo de mudança, prejudica o negro, que é empurrado socialmente para os piores setores da economia.

Em 1893, por exemplo - escreve o sociólogo Florestan Fernandes - " os imigrantes entravam com 79% do pessoal ocupado nas atividades manufactureiras; com 85% do pessoal ocupado nas atividades artesanais; com 81% do pessoal ocupado nas atividades de transporte e conexos; com 76% do pessoal nas atividades comerciais. Sua participação nos estratos mais altos da estrutura ocupacional ainda era pequena (pois só 31% dos proprietários e 19,4% dos empresários eram estrangeiros). Contudo, achavam-se incluídos nesta esfera, caso contrário do que sucedia com o negro."

QUASE CEM ANOS DEPOIS: AINDA O RACISMO

Para Florestan Fernandes "o que há de essencial para a análise da posição do negro na ordem econômica e social emergente, é que eles teriam sido excluídos como categoria social das tendências modernas de expansão capitalista em São Paulo".

Com efeito, analisando o processo de desenvolvimento econômico social e político brasileiro, vamos constatar que o trabalhador negro foi excluído num primeiro momento e posteriormente foi "integrado" de forma marginal, ou seja, nos setores onde o nível de exploração é muito maior e por conseguinte são ínfimas as oportunidades de mobilidade social.

Confirma tais afirmações inúmeras pesquisas realizadas a partir dos censos demográficos, tais como os trabalhos publicados pelos sociólogos Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Clóvis Moura, Carlos Hasenbalg, Suely Carneiro, Nelson do Valle e Silva, Lúcia Elena G. de Oliveira e outros.

Contudo, em outubro de 1985 a publicação dos resultados de uma pesquisa realizada pelo convênio DIEESE/SEADE, vem carimbar os cem anos da abolição da ESCRAVATURA com dados que não deixam dúvidas quanto à brutal discriminação racial que atinge homens e mulheres negras no mercado de trabalho. Vejamos números desta pesquisa, realizada no período de outubro de 1984 a julho de 1985 na Grande São Paulo, nas análises de seu coordenador Miguel W. Chaia.

Estima-se que o estado de São Paulo possui hoje 29.227.306 habitantes, dos quais 5.261.365 negros. Os resultados da pesquisa em foco comprovou que é de 62,9% a participação global (ocupados e desempregados) dos negros no mercado de trabalho contra 58,1% de brancos, o que permite observar que entre os negros a necessidade de engajamento no mercado de trabalho é maior que os brancos.

Considerando os dados segundo o sexo, verifica-se que aí também as taxas de participação dos negros são maiores. Entre as mulheres negras esta taxa é de 48,8% contra 42,1% entre as mulheres brancas. Confirma-se assim que as mulheres negras têm maior necessidade do que as brancas de incorporarem ao mercado de trabalho para garantir a sobrevivência diária. A situação deve ser ressaltada, pois historicamente ela tem servido de base de sustentação da estrutura familiar negra.

Quanto a faixa etária, os dados mostram que os negros se engajam em maior proporção e mais cedo no mercado de trabalho quando comparados com os brancos. A formação da mão de obra e a capacitação técnica são processos mais disponíveis à população branca que pode esperar e preparar-se melhor: cerca de 86,9% dos jovens negros de 10 a 17 anos estão engajados no mercado de trabalho contra 65,8% dos brancos da mesma faixa etária.

O grau de alfabetização dos negros alcança 68,8% contra 12,7% de analfabetos. A pesquisa detectou que mais da metade dos negros possui o primeiro grau incompleto (56,7%), sendo insignificante a proporção de pessoas negras com o terceiro grau completo ou incompleto. Caracteriza-se assim, uma situação onde um grande contingente de pessoas em idade produtiva não consegue qualificar-se através do sistema formal de ensino para pressionar o mercado de trabalho.

Chama a atenção as altas taxas de participação entre os negros sem escolaridade (68,7%) sugerindo as seguintes alternativas: ou esta parcela populacional pressiona o mercado de trabalho a procura de emprego e não consegue, ou está em grande parte engajada em ocupações que exigem pouca ou nenhuma qualificação, como por exemplo o emprego doméstico. É assustador também a revelação de que o rendimento médio por hora dos trabalhadores negros que possuem formação universitária corresponde a cerca de metade do rendimento dos brancos com igual qualificação: Cr\$ 8.715 e Cr\$ 14.636 respectivamente; confirmando assim que o acesso à educação formal não exime os negros da discriminação racial. A constatação de que os negros executam atividades que não requerem especialização ou capacitação pode ser confirmada pela alta proporção de empregados domésticos entre os negros (14,2%) mais do que o dobro do percentual verificado entre os brancos (6,2%).

Assustadora também é a constatação de que enquanto os chefes de famílias negras recebem somente Cr\$ 2.905 por hora trabalhada, os chefes de domicílio do grupo social branco recebem Cr\$ 6.286, ou seja, 116% superior ao chefe de família negra.

Quanto à jornada de trabalho verificou-se que os negros trabalham uma média de 44,7 horas semanais enquanto os brancos trabalham 43,1 horas por semana.

A análise por tipo de desemprego sugere que a mão de obra negra se encontra em maior proporção na situação de desemprego oculto pelo desalento e pelo trabalho precário: 5% entre os negros e 2,9% dos brancos; indicando que grande parte dos negros por não conseguir ultrapassar os mecanismos de retração e seleção do mercado de trabalho, passa a dedicar-se a atividades

precárias e irregulares (bicos) como forma de sobrevivência, de notando indícios de condições de vida precárias.

As taxas de desemprego levantadas pela pesquisa, indicam que o desemprego atinge preferencialmente a parcela negra da população economicamente ativa: 16,9% dos negros encontram-se desempregados contra 12,0 % dos brancos. Demonstrando assim, que os negros sofrem um processo maior de seleção ao tentarem ingressar no mercado de trabalho e quando conseguem ficam mais expostos ao desemprego do que os brancos.

UM DESAFIO PARA TODOS OS PETISTAS

Em última análise, as constatações expostas anteriormente derrubam alguns mitos e estimulam velhas questões a serem respondidas pelo Partido dos Trabalhadores.

O primeiro mito a cair por terra foi o de que a classe trabalhadora é uma massa homogênea composta por homens brancos e que portanto toda ela recebe um tratamento uniformizado por parte do capital. Ou seja não se admite mais o velho discurso de que os trabalhadores independentemente de sua origem racial são igualmente explorados pelo capital. Há desigualdades não só no processo seletivo e nas condições de trabalho, como também na distribuição de renda, na capacitação dos trabalhadores, na especialização de mão de obra e finalmente na capacidade de organização de trabalhadores negros e brancos. É a queda total em todos os níveis da sociedade do mito da democracia racial.

Ora, como então se explica que em seus planos de ação o PT omita questões de tal significância?

1. Por que a militância petista, igualmente aos negros, aos trabalhadores, enfim ao povo brasileiro foi e continua sendo submetida aos ditames da mitologia racista, via a tese da democracia racial brasileira que no limite, cumpre o papel de dificultar a compreensão da nossa realidade com o objetivo de a perpetuar.

Porquanto cabe à Comissão de Negros do PT ao definir sua estratégia de ação priorizar a desarticulação da influência que o mito da democracia racial brasileira exerce no pensamento petista, como aliás em todo o povo brasileiro;

2. Por que o pensamento petista embora implicitamente, é norteado pelo marxismo ortodoxo. Mas não é esse o problema. O problema é que conclusivamente vários estudiosos têm demonstrado a visão eurocentrista do pensamento marxista formulado basicamente a partir das experiências históricas dos países da Europa, essencialmente brancos; daí a inexistência de estudos sobre a problemática racial neste pensamento;

veja
OBS: ~~verso~~ verso

Portanto é nosso papel, estimular
no interior do PT o estudo sistemati-
zado e crítico da teoria, a
partir da nossa condição de
sociedade multirracial, da nossa
história e da experiência concre-
ta da nossa luta.

segue

3. Por que incapaz de formular resposta às duas primeiras questões, nosso Partido vem se cristalizando dentro de uma visão que relega a luta contra o racismo a um plano insignificante, e ao contrário de buscar compreender e de ter políticas para esta questão, optou pela posição fácil e nada transformadora de apoio descomprometido, ou de fechar os olhos ao problema, ou de responsabilizar somente os negros por aquela luta, ou ainda em alguns casos de afirmar que a luta contra o racismo divide os trabalhadores. Neste particular, é oportuno registrarmos que aos trabalhadores negros não serve a idéia de solidariedade automática de classe que ignore seus problemas específicos. Isto é, ou a idéia de solidariedade de classe contempla as nossas especificidades ou para nós negros tal pregação não passará de uma falácia. Na medida em que temos muito nítido que qualquer mudança na condição de trabalho e de vida dos trabalhadores que não considere nossas especificidades, fatalmente perpetuará a diferença de patamar hoje existente. É nosso papel então trabalhar para que o PT reconheça a questão dos negros como problema nacional e assuma a luta contra o racismo entendendo-a como de responsabilidade de todos aqueles que lutam por uma sociedade justa. E neste sentido, é fundamental que demonstremos ao PT que o combate ao racismo não divide os trabalhadores, ao contrário legitima e fortalece a solidariedade de classe.

4. Por que o movimento negro brasileiro - do qual as Comissões de Negros são parte - não conseguiu ainda elaborar uma ideologia anti-racismo que fustigue e leve ao colapso o mito da democracia racial e que sirva para colocar a luta contra o racismo no contexto da luta de classes e como parte integral da luta política por uma sociedade socialista.

Ainda que, como já dissemos, não temos a pretensão de esgotar esta discussão. pensamos que passa por estas questões a omissão apresentada pelo PT no que diz respeito a questão racial. Sendo que cabe primeiramente aos negros petistas a tarefa de destruí-la.

Nossa tarefa enquanto negros petistas passa então por lutar pelo crescimento da consciência do povo negro, das nossas raízes, da nossa cultura e da nossa história; e ao mesmo tempo contribuir para que o Partido dos Trabalhadores tenha a dimensão da questão racial nos seus diversos planos, do econômico ao cultural, e tenha a nitidez de que não haverá democracia efetiva neste país sem democracia racial.

Finalizando, vale lembrar que é ilusório preparar o futuro sem entender corajosamente o presente.

BIBLIOGRAFIA COMENTADA

- . Circuito Fechado - Florestan Fernandes
- . Os Sindicatos, os negros e as reações contra o racismo (projeto de pesquisa apresentado ao CEDEC em 86) - Hamilton Cardoso
- . E agora PT - Vários autores
- . O Lugar do Negro na Força de Trabalho - Lucia Oliveira, Rosa M. Porcaro, Tereza C. Araújo
- . Pan-Africanismo na América do Sul: A emergência de uma rebelião negra - Elisa Larkin Nascimento
- . O Pensamento de esquerda e a questão racial - Cadernos Afro-Asiáticos nº 12
- . Racismo no Brasil - Clóvis Moura, Revista Retrato do Brasil nº 08
- . O Negro no Mercado de Trabalho em São Paulo - Miguel W. Chaia, Pesquisa de Emprego e Desemprego na GSP-SEADE/DIEESE

Por um Brasil Socialista e sem Racismo!

São Paulo, 24 de fevereiro de 1987.